

Etnografia sobre a criação de discursos conservadores sobre o islamismo no imaginário europeu atual: um debate através do relativismo e direitos humanos

Palavras-Chave: ISLÃ, RELATIVISMO, DIREITOS HUMANOS

Autores:

LAURA STORARI DA COSTA, UNICAMP – IFCH
Prof. Dr. Christiano Key Tambascia, UNICAMP - IFCH

INTRODUÇÃO:

Esse projeto tem por objetivo realizar um estudo antropológico sobre a constituição de imaginários sobre o mundo islâmico no contexto midiático euroamericano. Para tanto, busquei fazer uma reflexão sobre os tensionamentos de duas perspectivas de análises próprias da constituição da antropologia e outras ciências humanas, tais como mobilizadas em processos políticos e de conhecimento sobre uma alteridade: por um lado, foi importante colocar em perspectiva crítica a própria noção relativista que é ativada em pretensas defesas sobre a irreduzibilidade da diferença, por outro lado, também será refletida a força do discurso universalista dos direitos humanos que pretende regular a diversidade em um contexto global. A hipótese de trabalho é de que os limites sobre o relativismo, ou a força do universalismo, apontam para diferentes práticas de conhecimento sobre o Islã no contexto europeu, moderno e ocidental, que não podem ser compreendidas sem uma análise sobre o orientalismo (Said, 2007) em operação. Foi realizado um levantamento bibliográfico acerca das representações sobre as tensões entre ideias de secularismo e religião, bem como sobre tradição e modernidade. Noções sobre o relativismo cultural, mas também sobre a efetividade das políticas fundadas na modernidade transcultural dos direitos humanos, como mecanismos de inteligibilidade (e ação) sobre o mundo islâmico, parecem produzir possibilidades de compreensão que é importante explicitar, para que uma análise sobre as representações sobre noções como “atraso”, ou sobre fundamentalismo e opressão, possam de fato ser empreendidas.

METODOLOGIA:

Nesta pesquisa, me baseei em autores e etnografias que estudam o relativismo cultural para entender melhor a construção desse conceito na antropologia, para então partir de uma análise crítica da

construção dos Direitos Humanos e do Cidadão, utilizando de um contexto histórico e de autores que fazem sua crítica a este ponto. Além disso, realizei um mapeamento de materiais midiáticos e textuais que estereotipam a cultura muçulmana islâmica ao buscar mostrar como “de fato” ela se constrói, através da construção de uma imagem sobre seus costumes, crenças e religião, a partir de dispositivos políticos, estéticos e epistemológicos que discorrem sobre as formas como esta “cultura” situa-se no contexto global contemporâneo. Este mapeamento se deu através da identificação de uma revisão da literatura sobre orientalismo e sobre o estudo da diferença. Também busquei mobilizar autores que colocam em perspectiva o estudo da cultura e da religião islâmicas, como o crítico literário palestino Edward Said e a antropóloga estadunidense Saba Mahmood. Por fim, cabe destacar a importância da análise das particularidades do discurso do relativismo cultural, sobretudo seus usos políticos, além de refletir sobre os mecanismos e as brechas para que certas narrativas e imagens sobre o Islã sejam legitimadas. Para isso, busquei analisar notícias, reportagens e documentários que contam um pouco mais sobre como são formados esses discursos e qual o motivo por trás da intolerância religiosa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Iniciei a pesquisa através do levantamento bibliográfico sobre a noção de cultura e de princípios do Islã, para entender melhor alguns conceitos-chaves para o andamento do projeto. Para isso, li alguns capítulos do livro “O Mundo Muçulmano” de Peter Demant, onde o autor levanta discussões importantes acerca do Outro no Islã. Além disso, o autor também traz argumentos sobre os muçulmanos na Europa, contando um pouco de sua chegada no continente, como foram tratados e qual é a visão dos europeus sobre esses imigrantes. Demant traz uma discussão muito rica e que nos faz pensar como os muçulmanos podem se sentir isolados em um país totalmente diferente daqueles em que muitos nasceram, colocando no centro da reflexão justamente a noção de cultura como dispositivo em que tanto uma análise sobre as construções de um imaginário sobre alteridade e suas implicações práticas podem ser realizadas, como chamando atenção para outra dimensão fundamental de estudo: aquela referente à experiência da discriminação.

Por conta da justificativa dos Estados Unidos contra a “Guerra ao Terrorismo”, é frequente que muçulmanos sejam colocados sob suspeita e mesmo identificados como terroristas. A antropóloga Lila Abu-Lughod sugere, neste sentido, que existe um constante deslizamento entre o regime nacionalista afegão do Talibã e a imagem do que seriam terroristas, de forma que estes sujeitos associados a um islamismo tomado como “perigoso” acabem agrupados em um só tipo de identidade. Além disso, a exposição destas representações na mídia causa desinformação àqueles que assistem e não costumam fazer uma leitura que pudesse oferecer nuances sobre “o outro ponto de vista”. Como consequência, é possível observar, constantemente, sujeitos liberais surpresos em relação ao fato de que, mesmo quando

Estados de maioria islâmica são “liberados” de grupos como o Talibã, as mulheres parecem não “jogar fora” suas burcas.

Nesse sentido, a revisão bibliográfica preliminar apontou que os ganhos de recuperar e entender essa cultura permite construir um modelo de análise promissor em pesquisas futuras. É interessante considerar essas discussões estruturais sobre os mecanismos que possibilitam comparações e mesmo julgamentos morais sobre religião e secularismo, ou islamismo e modernidade, uma vez que as políticas que parecem gerir esse mundo concreto, mas também representado de formas mais ou menos lógicas, permitirá partir dos debates sobre a produção do conhecimento para as maneiras específicas em que gênero e religião, por exemplo, são produzidos em conflito. Minha hipótese de trabalho é a de que os parâmetros ocidentais de construção de repertórios analíticos, que conferem inteligibilidade a uma alteridade tornada estática e fixa, estão na base da produção de políticas de conhecimento e também de controle. Neste sentido, a força da explicação universalista e moderna, mas também o lugar do relativismo cultural, ajudam a entender melhor como o etnocentrismo é articulado na prática.

Busquei também entender a relação entre liberdade política e religião. Para tanto, é importante mencionar o importante trabalho do intelectual palestino Edward Said, cujo texto sobre o orientalismo se mostrou complementar às reflexões de Demant e aos argumentos de Abu-Lughod, já que o crítico literário realiza uma aproximação reflexiva sobre liberdade e política, além de constituir conceitos sobre geopolítica que são bastante comentados por uma perspectiva ocidental, com o compartilhamento do argumento que muçulmanos cometem atos de terrorismo e ferem os direitos humanos (que são tomados como universais, racionais e laicos) com base na ideia de “liberdade religiosa”, sem nem mesmo entenderem sobre a cultura e a religião em termos que não euroamericanos. Este pressuposto parece evidente neste e em muitos outros estudos sobre as bases das compreensões, com bases epistêmicas modernas, sobre o “orientalismo”, como Said já apontava em seu clássico estudo “O Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente”, originalmente publicado em 1978.

Por outro lado, para os relativistas radicais, a moral se enraizaria na cultura e não em uma ideia de humanidade, eliminando qualquer possibilidade de avaliação sobre o juízo do outro. Não obstante essa oposição analítica, desde esta perspectiva, a cultura é concebida como um sistema estático e imutável, portanto não haveria alternativa senão tomar a cultura do outro como tal. A partir de uma visão radical sobre a relatividade, a própria suposição da existência de direitos humanos é tomada como posição a ser combatida.

É importante continuar estudando a relação entre liberdade, política e religião, principalmente ao olharmos para o conflito que ganhou notoriedade recentemente, apesar de acontecer há anos, entre Palestina e Israel - e quais suas consequências à população desta região. Grande parte das pessoas

tentam emigrar ilegalmente para países próximos ou europeus, buscando fugir da guerra e adquirir uma melhor qualidade de vida. Além disso, é importante recuperar o argumento de Demant de que, mesmo que consigam emigrar, grande parte dos sujeitos muçulmanos se sentem sozinhos e isolados ao se depararem com uma cultura totalmente diferente daquilo que são acostumados, em grande parte das vezes hostil a essa população. Aqui, novamente, podemos mobilizar uma discussão em que gênero é um marcador explicativo potente: o preconceito sobre o uso do véu ocupa há anos as páginas dos jornais e revistas europeus, bem como é matéria de deliberação e controle dos Estados nacionais na Europa. Ora é sinal de opressão, ora é tomado como dispositivo que representa o perigo de uma não identificação pública e, portanto, de potencial uso como arma.

Seguindo a linha de argumentação de Abu-Lughod, nada impediria que pudéssemos conceber a possibilidade de que as mulheres muçulmanas não precisassem subitamente jogar fora suas roupas que, para elas, é a marca de sua respeitabilidade. A burca é a forma de cobertura que as mulheres pashtun, um dos diversos grupos étnicos no Afeganistão, usavam quando saíam à rua. Na realidade, o Talibã não “inventou” a burca e as mulheres continuam se sentindo seguras em usá-las, mesmo quando estão libertas da opressão de movimentos considerados terroristas.

Ademais, relacionando a análise que Abu-Lughod realiza, com foco em uma geopolítica em que cultura é mobilizada no imaginário público, com o contexto atual, é importante lembrar a defesa intransigente dos EUA a favor de Israel, deslegitimando a luta Palestina, inclusive o próprio reconhecimento oficial do país. Os laços dos Estados Unidos com Israel perduram há mais de 70 anos e isso pode significar desastres diplomáticos, uma vez que o presidente de uma grande potência diz ter “laços profundos” com o território. Novamente, vemos aqui a tentativa dos EUA em usar da “guerra ao terrorismo” para justificar um conflito. Said, ponderando sobre os conceitos ocidentais de geopolítica, já atentava ao peso que tal apoio teria em escala global, uma vez que outros países que possuem relação amigável com os Estados Unidos enfrentam dificuldades de um posicionamento contrário.

CONCLUSÕES:

A partir da análise da bibliografia, bem como o acompanhamento das notícias e discursos de líderes políticos acerca do conflito entre Israel e Palestina, conseguimos tornar mais concreto, analiticamente, o processo de construção e ação do imaginário ocidental acerca da noção de um grupo mulçumano, sobretudo em relação às mulheres. Ao saírem de seus países em guerra, em busca de paz e de melhor qualidade de vida, muitos imigrantes se deparam com um enorme preconceito sobre suas vestimentas e modo de vida, além de serem constantemente associados a “terroristas”.

Ademais, ao analisar as declarações de líderes de alguns países, como a denúncia de genocídio feita pela África do Sul, sobre as atrocidades irreversíveis ocorridas no conflito entre Israel e Palestina,

pude observar que existe uma vaga esperança de que as pessoas possam ser influenciadas a pensar de forma diferente, uma vez que se torna necessário, cada dia mais, que os Estados-nação se posicionem e tomem ações a fim de extinguir a guerra. Alguns países europeus já reconheceram a Palestina como um Estado legítimo, mas a maioria ainda se abstém. Para mais, a influência midiática de filmes, livros e sobretudo séries que vem do continente europeu que normalizam a ideia de que as mulheres muçulmanas ficam mais bonitas ao tirar o véu, ou que estas não podem fazer coisas consideradas normais sobre o olhar padrão (aquele que dita o que cada grupo pode ou não fazer de acordo com sua aparência física, como se fosse pré-determinado a função de cada um na sociedade apenas por existir), como tocar em uma banda punk, representado na série “We are lady parts”, dificultam que essas pessoas se sintam acolhidas e consigam viver uma vida que deveria ser normal, fazendo com que essa parte da população seja excluída da sociedade pelos outros e por si próprios. Afinal, ao conhecer tanto preconceito, é difícil imaginar que se inserindo em novos ambientes vai ser diferente.

Por fim, não devemos esperar que os islâmicos, principalmente as mulheres, mudem seu estilo de vida por estarem em um país diferente. O debate entre o universalismo e o relativismo é, de certa forma, um beco sem saída sob um certo olhar antropológico.. Assim como sugerir princípios universais pode fortalecer o etnocentrismo, um relativismo ingênuo pode ajudar a legitimar violências epistêmicas e mesmo a violação de direitos considerados fundamentais. Considero de suma importância a continuidade do estudo no tema, para um maior aprofundamento da reflexão sobre os limites entre o universalismo e o relativismo.

BIBLIOGRAFIA:

ABU-LUGHOD, Lila. As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação?: reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus outros. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, p. 451-470, 2012.

DEMANT, Peter. **O mundo muçulmano**. Contexto. E-BOOK. (434 p.). ISBN 9788572442558. Disponível em: <https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/uecamp/9788572442558>. Acesso em: 22 jan. 2024.

RFI, 2024. **Denúncia de genocídio contra Israel acionada pela África do Sul tem audiência na Corte de Haia**. Carta Capital. Disponível em: <[Denúncia de genocídio contra Israel acionada pela África do Sul tem audiência na Corte de Haia – Mundo – CartaCapital](#)>. Acesso em: 02 ago. 2024

SAID, Edward. **Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente**. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

WE ARE LADY PARTS. Direção: Nida Manzoor. Produção: Working Title Television. Reino Unido: Channel 4, 2021. 1 temporada.